

PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR - GRADUAÇÃO

SERVIÇO SOCIAL

Data: 28 de agosto de 2022

Turno: Tarde

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- Ao receber este caderno de prova, verifique se ele possui 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha. Em caso de prova incompleta ou com falhas de impressão que impossibilitem a leitura, solicite a substituição imediatamente ao fiscal.
- Para cada questão existe apenas uma resposta correta.
- A resposta deve ser assinalada no cartão-resposta, único documento utilizado para correção das provas e aferição dos resultados. Leia atentamente as orientações de preenchimento nele constantes. Antes de iniciar o preenchimento, confira os dados impressos no Cartão-resposta e, em caso de erro, informe ao fiscal de prova.
- A marcação de mais de uma alternativa no cartão-resposta implicará na anulação da questão.
- A prova terá duração de 03 (três) horas. Na duração da prova está incluído o tempo destinado ao preenchimento do cartão-resposta e informes do fiscal de sala ou coordenador do processo seletivo.
- Ao terminar a prova, entregue o Caderno de Provas e o Cartão-resposta ao Fiscal de Sala.

IMPORTANTE – O descumprimento dessas orientações ou desobediência a qualquer uma das determinações constantes em Edital implicará na exclusão do candidato.

GRUPO I - CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 1



Armandinho, Disponível em: http://partesdwsign.com.br/ms/abril_2013/.

Nos quadrinhos dois e três há a presença de vírgulas. Segundo suas funções sintático-semânticas, sua função indica:

- a) separação dos elementos da mesma função sintática e separação do vocativo.
- b) separação dos elementos da mesma função sintática e separação do aposto.
- c) separação das orações subordinadas explicativas e separação do aposto.
- d) separação das orações subordinadas explicativas e separação do vocativo.
- e) separação do vocativo e separação das orações subordinadas explicativas.

QUESTÃO 2

A relação estabelecida entre sujeito e verbo é chamada de concordância verbal. Em outras palavras, significa flexionar o verbo para concordar com o sujeito. Nesse contexto, assinale as alternativas corretas de acordo com as regras da gramática normativa:

I - Havia mil e duzentas pessoas na fila de espera.

II - Fazem quinze dias que ele não aparece no trabalho.

III - Há muita pessoas nessa sala.

IV - A multidão acabaram com o estoque da loja.

V - Alugam-se imóveis próximo do centro da cidade.

- a) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- b) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- c) Apenas os itens I, II e IV são verdadeiros.
- d) Apenas os itens I, III, e V são verdadeiros.
- e) Todos os itens são verdadeiros.

QUESTÃO 3

Marque a opção cujas palavras na frase não estão corretamente acentuadas, de acordo com o novo Acordo Ortográfico.

a) “A única pessoa livre é aquela que não tem medo do ridículo.” (Luiz Fernando Veríssimo)

b) “Amar é ter um pássaro pousado no dedo. Quem tem um pássaro pousado no dedo sabe que, a qualquer momento, ele pode voar” (Rubem Alves)

c) “Não mude por ninguém, mude por você mesmo. Essa é a essência da mudança. Mudar porque queremos progredir e não porque queremos impressionar.” (Sergio Santana)

d) “De todos os infortúnios que afligem a humanidade, o mais amargo é que temos de ter consciência de muito e controle de nada.” (Heródoto)

e) “O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.” (Artigo 133 da Constituição Federal)

QUESTÃO 4

Assinalar a alternativa que preenche corretamente as lacunas das seguintes orações:

I. Fui ____ Belém na semana passada.

II. Comprei ____ casa dos meus sonhos.

III. ____ meses tento falar com você.

IV. De 12 ____ 15 de setembro haverá uma festa em Teresina.

V. Minha tia saiu ____ uma hora, mas meu tio pode sair ____ qualquer hora.

a) a - a - há - a - à - à

b) a - à - há - a - à - a

c) a - à - há - a - à - à

d) à - à - à - a - à - a

e) a - há - a - à - à - a

QUESTÃO 5

Leia a canção:

Devolva-me

“Rasgue as minhas cartas

E não me procure mais

Assim vai ser melhor, meu bem!

O retrato que eu te dei

Se ainda tens, não sei

Mas se tiver, devolva-me!

O retrato que eu te dei

Se ainda tens, não sei!

Mas se tiver

Devolva-me!

Devolva-me!

Devolva-me!”

Canção “Devolva-me” interpretada por Adriana Calcanhoto. Compositores: Renato Barros e Lílían Knap. Álbum: Público, 2000.

De acordo com a regra de colocação pronominal, justifique os versos: “E não me procure mais” / Devolva-me”.

a) Usa a ênclise de forma correta. / Usa a próclise de forma incorreta.

b) Usa a próclise de forma incorreta. / Usa a ênclise de forma correta.

c) Não deveria usar próclise. / Não deveria usar a mesóclise.

d) Não deveria usar ênclise. / Não deveria usar próclise.

e) Usa a próclise de forma correta. / Usa a ênclise de forma correta.

QUESTÃO 6

Segundo a Lei Complementar nº 12/93 – Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Piauí, são órgãos AUXILIARES do MPPI, EXCETO:

- a) Centros de Apoio Operacional;
- b) Centros de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional;
- c) Os estagiários;
- d) A Comissão de Concurso;
- e) O Conselho Superior do Ministério Público.

QUESTÃO 7

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) A Procuradoria Geral de Justiça, órgão de direção do Ministério Público, será chefiada pelo Procurador Geral de Justiça, nomeado pelo Governador do Estado para mandato de dois anos, dentre os integrantes da carreira, em atividade, e que contarem com um mínimo de dez anos de serviço, indicados em lista tríplice, mediante escrutínio secreto dos membros no efetivo exercício das funções, permitida uma recondução, observando o mesmo procedimento.
- b) A Procuradoria Geral de Justiça, órgão de direção do Ministério Público, será chefiada pelo Corregedor Geral do Ministério Público, nomeado pelo Governador do Estado para mandato de dois anos, dentre os integrantes da carreira, em atividade, e que contarem com um mínimo de dez anos de serviço, indicados em lista tríplice, mediante escrutínio secreto dos membros no efetivo exercício das funções, permitida uma recondução, observando o mesmo procedimento.
- c) A Procuradoria Geral de Justiça, órgão de direção do Ministério Público,

será chefiada pelo Procurador Geral de Justiça, nomeado pelo Governador do Estado para mandato de dois anos, dentre os integrantes da carreira, em atividade e inatividade, e que contarem com um mínimo de dez anos de serviço, indicados em lista tríplice, mediante escrutínio secreto dos membros no efetivo exercício das funções, permitida uma recondução, observando o mesmo procedimento.

d) A Procuradoria Geral de Justiça, órgão de direção do Ministério Público, será chefiada pelo Ouvidor Geral do Ministério Público, nomeado pelo Governador do Estado para mandato de dois anos, dentre os integrantes da carreira, em atividade, e que contarem com um mínimo de dez anos de serviço, indicados em lista tríplice, mediante escrutínio secreto dos membros no efetivo exercício das funções, permitida uma recondução, observando o mesmo procedimento.

e) A Procuradoria Geral de Justiça, órgão auxiliar do Ministério Público, será chefiada pelo Procurador Geral de Justiça, nomeado pelo Governador do Estado para mandato de dois anos, dentre os integrantes da carreira, em atividade, e que contarem com um mínimo de dez anos de serviço, indicados em lista tríplice, mediante escrutínio secreto dos membros no efetivo exercício das funções, permitida uma recondução, observando o mesmo procedimento.

QUESTÃO 8

São vedações impostas a membros do Ministério Público, conforme disposto na Constituição Federal/88, EXCETO:

a) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais.

- b) exercer a advocacia.
- c) participar de sociedade comercial, na forma da lei.
- d) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, inclusive a de magistério, em qualquer hipótese.
- e) exercer atividade político-partidária.

QUESTÃO 9

Analise V ou F para as afirmações abaixo, sobre as funções institucionais do Ministério Público, e após marque a alternativa CORRETA correspondente.

I - É função institucional do Ministério Público, promover, subsidiariamente, a ação penal pública, na forma da lei.

II - É função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia.

III - É função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

IV - É função institucional do Ministério Público nunca exercer o controle externo da atividade policial, pois esta função somente cabe às chefias de polícia federal e estadual.

V - É função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva.

Marque a alternativa CORRETA, correspondente à análise das questões anteriores:

- a) F, V, V, F, V.
- b) V, V, V, F, V.
- c) F, F, F, V, V.
- d) V, V, V, F, F.
- e) F, V, V, V, F.

QUESTÃO 10

Constituem prerrogativas dos membros do MP, conforme Lei Complementar nº12/93, EXCETO:

a) ser ouvido, como testemunha ou ofendido, em qualquer processo ou inquérito, em dia, hora e local previamente ajustados com a autoridade competente.

b) não ser preso, nem por ordem judicial escrita, nem em flagrante de crime inafiançável, caso em que a autoridade fará, no prazo máximo de vinte e quatro horas, a comunicação e apresentação do membro do Ministério Público e a remessa dos autos ao Corregedor Geral do Ministério Público para adoção do processo disciplinar.

c) receber intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição, através da entrega dos autos com vistas.

d) usar vestes talares e as insígnias privativas do Ministério Público.

e) ingressar e transitar livremente nas salas e dependências de audiências, secretarias, cartórios, tabelionatos, escritórios de justiça, inclusive dos registros públicos, delegacias de polícia e estabelecimentos de internação coletiva.

GRUPO II - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (SERVIÇO SOCIAL)

QUESTÃO 11

Conforme a Lei 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa) a garantia da prioridade compreende:

- a) atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população;
- b) preferência na formulação e na execução das diversas políticas sociais públicas específicas e gerais;
- c) destinação privilegiada de recursos públicos em todas as áreas;
- d) priorização do atendimento da pessoa idosa por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar em quaisquer circunstâncias;
- e) prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda e dos benefícios assistenciais e previdenciários.

QUESTÃO 12

O Estatuto da Pessoa Idosa estabelece normas para o atendimento da pessoa idosa em instituições. Dentre as afirmativas abaixo assinale a opção incorreta:

- a) A assistência integral na modalidade de entidade de longa permanência será prestada quando verificada inexistência de grupo familiar, casa-lar, abandono ou carência de recursos financeiros próprios ou da família;
- b) É vedado a instituição dedicada ao atendimento à pessoa idosa manter placa de identificação externa visível na entrada da entidade, para fins de garantir o sigilo, segurança e respeito

a individualidade das pessoas idosas acolhidas;

- c) As instituições que abrigarem pessoas idosas são obrigadas a manter padrões de habitação compatíveis com as necessidades delas, bem como provê-las com alimentação regular e higiene indispensáveis às normas sanitárias e com estas condizentes;
- d) Todas as entidades de longa permanência, ou casa-lar, são obrigadas a firmar contrato de prestação de serviços com a pessoa idosa abrigada;
- e) No caso de entidade filantrópica, ou casa-lar, é facultada a cobrança de participação da pessoa idosa no custeio da entidade.

QUESTÃO 13

O Estatuto da Pessoa Idosa Lei No 10.741 de 2003 recomenda que os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra pessoas idosas serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária, bem como serão obrigatoriamente comunicados por eles a quaisquer dos seguintes órgãos:

- I – autoridade policial;
 - II – Ministério Público;
 - III – Conselho Municipal da Pessoa Idosa;
 - IV – Conselho Estadual da Pessoa Idosa;
 - V – Conselho Nacional da Pessoa Idosa
- A alternativa correta é:
- a) I, II, III e V.

- b) II, III e IV.
- c) IV e V
- d) I e III.
- e) I, II, III, IV e V.

QUESTÃO 14

A legislação vigente define “Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa idosa goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado o seguinte”:

I. Reserva de pelo menos 1% (três por cento) das unidades habitacionais residenciais para atendimento às pessoas idosas;

II. Critérios de financiamento compatíveis com os rendimentos de aposentadoria e pensão.

III. As unidades residenciais reservadas para atendimento a pessoas idosas devem situar-se, somente, no pavimento térreo.

Assinale a alternativa que contém somente itens corretos:

- a) I
- b) III
- c) I, II
- d) I, II e III
- e) II

QUESTÃO 15

O Estatuto da Pessoa Idosa traz um conjunto de medidas de proteção à pessoa idosa que são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados. São medidas de proteção a pessoa idosa, exceto:

- a) Encaminhamento à família ou curador, mediante termo de responsabilidade;
- b) Orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- c) Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a usuários dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, à própria pessoa idosa ou à pessoa de sua convivência que lhe cause perturbação;
- d) Encaminhamento das pessoas idosas dependentes para acolhimento em instituições para pessoas com deficiência;
- e) Requisição para tratamento de sua saúde, em regime ambulatorial, hospitalar ou domiciliar.

QUESTÃO 16

A Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, alterada pela Lei 13.257/2016, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, preconiza os direitos fundamentais. Assinale a alternativa correta quanto ao direito à vida e a saúde

- a) É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, somente às gestantes adolescentes será garantido nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde
- b) É obrigação dos órgãos de assistência social assegurar à gestante e à mulher com filho na primeira infância que se encontrem sob custódia em unidade de privação de liberdade, ambiência que atenda às normas sanitárias e assistenciais do Sistema Único de Saúde para o acolhimento do filho,

em articulação com o sistema de ensino competente, visando ao desenvolvimento integral da criança.

c) Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica, preferencialmente, às gestantes adolescentes privadas de liberdade, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal

d) Fica instituída a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, a ser realizada anualmente na semana que incluir o dia 1º de fevereiro, com o objetivo de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência.

e) É dever do estado informar as adolescentes vítimas de violência sexual que optarem pelo aborto as consequências deste ato, enfatizando os prejuízos emocionais e os danos físicos ao corpo.

QUESTÃO 17

O Estatuto da Criança e do Adolescente expressa do artigo 4º “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Nesse sentido, pode-se afirmar:

a) Quando observado que a família natural não possui recursos financeiros para atender as necessidades da criança, ela será encaminhada para instituição de acolhimento, unidade disponível para receber crianças com carências materiais diversas;

b) Constatado que uma criança sofreu abuso sexual e não é possível a reintegração familiar, então ela será encaminhada para uma instituição de acolhimento para adoção internacional, medida considerada mais adequada para as situações de violação de direito grave;

c) A colocação da criança ou adolescente em família substituta será precedida de sua preparação gradativa e acompanhamento posterior, realizados pela equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com o apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar.

d) Após a equipe técnica dos serviços sócio assistenciais concluir que uma criança esta com os laços familiares rompidos e não foi identificado membros da família extensa que possa educá-la, ela poderá se acolhida em família substituta, sendo obrigatório o encaminhamento de profissionais lotadas nos órgãos de assistência social;

e) Os grupos de irmãos serão colocados sob adoção, tutela ou guarda da mesma família substituta, independente da situação em que estes se encontrem.

QUESTÃO 18

Analise as assertivas abaixo, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, e marque (V) para a assertiva considerada verdadeira e (F), se for falsa, e assinale a alternativa que corresponde a sequência correta

() A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros;

() Excepcionalmente, deferir-se-á a guarda, fora dos casos de tutela e adoção, para atender a situações peculiares ou suprir a falta eventual dos pais ou responsável, podendo ser deferido o direito de representação para a prática de atos determinados e confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários.

() A tutela será deferida, nos termos da lei civil, a pessoa de até 18 (dezoito) anos incompletos.

- a) F,V,V
- b) F,F,F
- c) V,V,F
- d) V,V,V
- e) F,F,V

QUESTÃO 19

Analise as questões abaixo com base na Lei 12.594/2012, institui o Sistema Nacional Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratica ato infracional. Sobre os programas faça a correlação e marque a alternativa com a sequência correta:

(I) Programas de Meio Aberto

(II) Programas de Privação da Liberdade

- () Prestação de Serviço a Comunidade
- () Liberdade Assistida
- () Internação
- () Semiliberdade

- a) I,II,II,I
- b) I,II,I,II

- c) I,I,II,II
- d) I,II,II,II
- e) II, II, II, II

QUESTÃO 20

Leia com atenção as afirmativas abaixo referente aos objetivos do SINASE e, marque a alternativa correta

a) A responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;

b) A divulgação na imprensa dos atos infracionais praticados por adolescentes com o objetivo de proteger a integridade física da sociedade e prevenir a violência;

c) A elaboração do plano individual de atendimento, tendo como meta execução de atividades durante o máximo de tempo de internação para o adolescente, visto que esta medida é a mais adequada para corrigir a prática do ato infracional;

d) A garantia de assistência jurídica gratuita para aqueles adolescentes que não têm condições de constituir advogado;

e) A integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, preferencialmente, para aqueles adolescentes que praticaram ato infracional de natureza leve.

QUESTÃO 21

Com base no SINASE, analise as alternativas abaixo sobre os Programas de Meio Aberto e de Privação de Liberdade

I. A direção do programa de medida de prestação de serviços à comuni-

dade tem a atribuição de selecionar e credenciar entidades assistenciais, hospitais, escolas ou outros estabelecimentos congêneres, bem como os programas comunitários ou governamentais, de acordo com o perfil do socioeducando e o ambiente no qual a medida será cumprida;

II. É vedada a edificação de unidades socioeducacionais em espaços contíguos, anexos, ou de qualquer outra forma integrados a estabelecimentos penais;

III. A direção das unidades de programas de privação de liberdade adotará, em caráter excepcional, medidas para proteção do interno em casos de risco à sua integridade física, à sua vida, ou à de outrem, comunicando, de imediato, seu defensor e o Ministério Público;

IV. Para o exercício da função de dirigente de programa de atendimento em regime de semiliberdade ou de internação, além dos requisitos específicos previstos no respectivo programa de atendimento, é necessário: comprovada experiência no trabalho com adolescentes de, no mínimo, 3 (três) anos;

V. A composição da equipe técnica do programa de atendimento deverá ser multidisciplinar, compreendendo, obrigatoriamente, no mínimo, profissionais das áreas de segurança, saúde, educação, e assistência social, de acordo com as normas de referência.

A partir dos pontos acima, assinale apenas a alternativa que indica a soma de afirmações corretas

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4

e) 5

QUESTÃO 22

A lei nº 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha, é o resultado de esforços amplos de organizações governamentais e não governamentais no enfrentamento a violência doméstica e familiar contra a mulher. De acordo com a tipificação das várias formas de violência elencados neste dispositivo legal, relacione a primeira coluna com a segunda e marque a alternativa com a sequência correta.

I. Violência psicológica

II. Violência sexual

III. Violência patrimonial

IV. Violência moral

() entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus bens;

() qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões

() ação que obrigue a mulher a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada,

() calúnia, difamação ou injúria

a) III, I, II, IV

b) III, IV, II, III

c) I, II, III, IV

d) IV, I, II, IV

e) III, I, II, I

QUESTÃO 23

No que tange a Lei Maria da Penha é correto afirmar:

a) As medidas determinadas na Lei Maria da Penha são aplicadas, preferencialmente para mulheres consideradas cisgênero;

b) A Lei Maria da Penha dispõe sobre a criação dos juzizados de violência doméstica e familiar contra a mulher, altera o código de processo penal, o código penal e a lei de execução penal;

c) Estabelece medida de assistência e proteção as mulheres em situação de violência doméstica e familiar, priorizando aquelas que comprovem a convivência por meio de documentos como a certidão de casamento;

d) Todos os órgãos instituídos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher têm obrigação de manter equipe multidisciplinar para realização de estudo social com a finalidade de subsidiar parecer jurídico necessário para a decisão de deferir ou não a prisão do suposto agressor;

e) As mulheres vítimas de violência consideradas hipossuficientes, que comprovem por meio de parecer social e documentos situação de carência material e financeira têm direito a assistência jurídica gratuita,

QUESTÃO 24

Assinale a alternativa correta no que diz respeito das medidas protetivas de urgência elencadas na Lei Maria da Penha :

a) Recebido o expediente com o pedido da ofendida, caberá ao juiz, no prazo de 72 (setenta e duas horas): determinar a apreensão de arma de fogo sob a posse do agressor;

b) As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, somente após receber requerimento do Ministério Público, embasado por parecer da equipe multidisciplinar;

c) As medidas protetivas de urgência serão aplicadas isolada ou cumulativamente, e poderão ser substituídas a qualquer tempo por outras de maior eficácia, sempre que os direitos reconhecidos na Lei Maria da Penha forem ameaçados ou violados.

d) As medidas protetivas de urgência somente poderão ser concedidas após audiência das partes e de manifestação do Ministério Público;

e) O Juiz, só pode conceder novas medidas protetivas de urgência ou rever aquelas já concedidas, quando a ofendida apresentar novas provas documentais, materiais ou testemunhais, as quais demonstrem a necessidade de proteção imediata.

QUESTÃO 25

A popular Lei Maria da Penha coíbe a violência contra a mulher com mecanismos de punição para os agressores, além disso cria meios de atendimento humanizado e contribui para educar toda a sociedade com o incentivo para a implantação das medidas integradas de prevenção. Analise as afirmações abaixo e marque a assertiva que não se configura como programa educacional:

a) O Ministério Público do Piauí, por meio do Núcleo das Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar (Nupovid) executa desde 2016 o Programa Reeducar: O homem no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a Mulher”, consiste em uma iniciativa que promove encontros com

grupos de homens envolvidos em contextos de violência doméstica e familiar contra a mulher, a fim de sensibilizá-los quanto ao reconhecimento, responsabilização e reflexão - Fonte: Site do MPPI. Disponível em: <https://www.mppi.mp.br/internet/2022/05/nupevid-mppi-inicia-a-sexta-edicao-do-programa-reeducar/>. Acesso dia 08/08/2022.

b) O Governo do estado do Piauí mantém a casa “Abrigo Mulher Viva”, acolhe mulheres sob grave ameaça e risco de morte. Esta instituição também recebe os filhos que estão expostas a violência doméstica. Fonte: BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e de Violência. Brasília-DF, 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/diretrizes-nacionais-para-o-abrigamento-de-mulheres-em-situacao-de-risco-e-de-violencia>. Acesso dia 08/08/2022.

c) O Ministério Público do Piauí, por meio do Núcleo das Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar (Nupevid) em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil (SITRICON), realizou vários encontros com os trabalhadores da construção civil, levando informações sobre violência de gênero nos canteiros de obras de Teresina, contribuindo para conscientização dos homens e na diminuição de casos de violência contra a mulher. Fonte: Site do MPPI. Disponível em: <https://www.mppi.mp.br/internet/2021/12/mppi-realiza-ultimo-papo-na-obra-de-2021-sobre-a-lei-maria-da-penha/>. Acesso dia 08/08/2022.

d) Na data de 10 de outubro – instituído dia nacional em alusão a luta contra

a violência a mulher, diversas instituições governamentais e da sociedade civil organizam-se para orientar a população sobre violência de gênero com distribuição nos sinais de trânsito de cartilhas, panfletos etc.

e) O projeto “A Lei Maria da Penha nas Escolas: desconstruindo a violência, construindo diálogos”, desenvolvido pelo Ministério Público do Piauí em parceria com a Gerência de Inclusão e Diversidade da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), fomenta o protagonismo juvenil no enfrentamento à violência contra a mulher no ambiente escolar, e efetiva-se por meio de discussões da temática pelos corpos docente e discente em sala de aula. Fonte: Site MPPI. Disponível em: <https://www.mppi.mp.br/internet/2019/08/projeto-a-lei-maria-da-penha-nas-escolas-do-mppi-conquista-terceiro-lugar-no-premio-c-nmp-2019/>. Acesso dia 08/08/2022.

QUESTÃO 26

Nas últimas décadas percebe-se modificações no papel da família como ente de socialização. Analise as afirmativas a seguir e marque a alternativa correta:

I. O desenvolvimento da economia pelo crescimento acelerado dos bens e serviços e a implantação de programas sociais pelo poder público foi possível o estado substituir o papel da família na sua atribuição de socialização;

II. Atualmente a família se tornou fundamental no papel formador de seus membros, tendo em vista que é considerada beneficiária e parceira nos serviços de proteção. Nesse sentido é importante que um dos pais, preferencialmente a genitora, responsável pela educação dos filhos tenha tempo integral para assisti-los;

III. Diante da consolidação da família como principal instituição na socialização de crianças e adolescentes, não se faz necessário na atualidade a proteção social realizada pelo poder público

- a) as afirmações I e II estão corretas
- b) Somente a assertiva III é verdadeira
- c) Apenas os itens I e III são considerados falsos
- d) As afirmações I, II e III são verdadeiras
- e) Todas as assertivas estão erradas

QUESTÃO 27

Preencha as lacunas a seguir e marque a alternativa com a sequência correta:

_____tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social objeto da intervenção profissional, especialmente nos seus aspectos sócio-econômicos, familiares e culturais.

_____: é o exame de estado, situação ou fato, no qual se analisa a natureza e características realizada por um profissional especialista, que detém conhecimento específico sobre determinada matéria;

_____: manifestação e/ou posicionamento profissional fundamentada, embasada através do conteúdo científico na qual é emitida uma análise social conclusiva/indicativa.

- a) estudo social, parecer social e perícia
- b) estudo social, perícia e parecer social
- c) perícia, estudo social e parecer so-

cial

d) parecer social, perícia e estudo social

e) perícia, parecer social e estudo social

QUESTÃO 28

Analise as situações hipotéticas abaixo e assinale a alternativa, a qual apresenta uma família que não possui os critérios exigidos para requerer o Benefício de Prestação Continuada, conforme estabelecido na Lei Orgânica de Assistência Social:

a) A família do Sr. Carlos (67 anos de idade) é formada por ele e a esposa, a renda familiar é proveniente de um salário-mínimo

b) Salete, 12 anos de idade, reside em tempo integral em instituição de acolhimento para crianças, possui deficiência intelectual e física, as diversas limitações lhe impossibilitam, inclusive, de realizar as atividades da vida diária;

c) Sra. Jurema, 71 anos de idade, não possui vínculos familiares, vivia em situação de rua e esta acolhida em instituição de longa permanência para pessoa idosa;

d) O casal Antônio e Severo não exercem funções laborais no mercado de trabalho formal, única renda fixa é oriundo de benefício de transferência de renda do governo federal- Auxílio Brasil – possuem uma filha de 20 anos de idade considerada incapaz por profissionais da área de saúde

e) O Sr. Francisco e Mirtes, 60 e 65 anos de idade, respectivamente, apresentam como renda per capita um terço do salário-mínimo

QUESTÃO 29

A Lei Orgânica de Assistência Social organiza a gestão das ações na área de assistência social por tipos de proteção, a básica tem como objetivo prevenir a ocorrência de vulnerabilidade e riscos sociais nos territórios. Analise as situações fictícias abaixo, e considere que o profissional com formação em serviço social trabalha no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS – unidade responsável pela ampliação do acesso aos direitos de cidadania e marque a assertiva, a qual apresenta uma família ou indivíduo que possui critérios para atendimento nos serviços socioassistenciais desenvolvidos pelo Cras.

a) Margarida, 16 anos de idade, foi encontrada no espaço da rua, após busca ativa por familiares, só foi possível identificar a genitora, que no momento, encontra-se em regime privativo de liberdade;

b) Sr. Messias, 83 anos de idade (cadeirante e deficiente visual), morava com o filho, que faleceu, realizado estudo social, concluiu-se que a pessoa idosa não possui autonomia para residir sozinho e não foi identificado familiares com disponibilidade para realizar os cuidados necessários;

c) Ana, 15 anos de idade, utiliza substâncias psicoativas, vende balas nos sinais dos cruzamento das ruas para fins de sustentar o vício, por isso está sem estudar, ela morava com a mãe, mas os vínculos familiares estão rompidos;

d) Fernando, 14 anos de idade, cometeu vários atos infracionais, inclusive homicídio, porém refere está arrepenvido e busca atendimento nos órgãos da política de assistência social;

e) Sr. Fernando, 60 anos de idade, mora com a esposa e os filhos, mas no

momento nenhum destes exercem trabalho remunerado, única renda, considerada irrisória para manutenção do grupo familiar, é proveniente das atividades esporádicas de faxineira realizado pela filha dele.

QUESTÃO 30

A Lei Orgânica da Assistência Social, define benefícios, programas e projetos de Assistência Social. Analise as situações hipotéticas e relacione com serviço socioassistencial que atenda a vulnerabilidade abaixo relatada:

(A) Centro de Referência de Assistência Social – Cras – Benefícios Eventuais

(B) Centro de Referência de Assistência Social – Cras – Benefício de Prestação Continuada

(C) Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e indivíduos - PAEFI

() Família teve o imóvel atingido pelo fogo, os documentos pessoais e bens materiais foram destruídos;

() Adolescente de 17 anos de idade, grávida e a família não possui recursos financeiros para suprir as necessidades da gestante e do bebê;

() Adolescente vítima de violência sexual, com necessidade de intervenção profissional especializada;

() Pessoa idosa, 64 anos de idade, sem meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família, teve a casa parcialmente inundada pelas chuvas

a) A A C B

b) A B C B

c) A A A B

d) A A C A

e) A C A C

QUESTÃO 31

A Lei Orgânica da Assistência Social - Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - prevê em seu art. 6º que as proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social. Sobre essas unidades, considere as alternativas a seguir:

I. O Cras é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial;

II. O Creas é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias;

III. Os Cras e os Creas são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - Suas, que possuem interface com exclusividade as políticas sociais das áreas de habitação, emprego e renda e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios de todas as políticas públicas;

IV. As instalações dos Cras e dos Creas devem ser compatíveis com os servi-

ços neles ofertados, com espaços para trabalhos em grupo e ambientes para recepção e atendimento reservado das famílias e indivíduos, e que sejam implantados centros específicos para melhor atender as pessoas com deficiência e pessoas idosas, assegurando a acessibilidade deste público;

V. As instalações dos Cras e dos Creas devem ser compatíveis com os serviços neles ofertados, com espaços para trabalhos em grupo e ambientes específicos para recepção e atendimento reservado das famílias e indivíduos, assegurada a acessibilidade às pessoas idosas e com deficiência

Estão erradas somente as alternativas:

a) I, II e III e IV

b) I e V.

c) I, II, III e V

d) V

e) I, II, III, IV e V

QUESTÃO 32

A Lei Orgânica da Assistência Social - Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro De 1993 - destaca: Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos, com base nesta afirmação, preencha as lacunas a seguir:

I - São de _____ aquelas entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações

de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de que tratam os incisos I e II do art. 18.

II - São de _____ aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do CNAS, de que tratam os incisos I e II do art. 18.

III - São de _____ aquelas entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de que tratam os incisos I e II do art. 18.

- a) defesa e garantia de direitos, assessoramento, atendimento;
- b) atendimento, assessoramento e defesa e garantia de direitos
- c) atendimento, defesa e garantia de direitos, assessoramento
- d) defesa e garantia de direitos, atendimento, assessoramento
- e) todas são entidades de defesa e garantia de direitos

QUESTÃO 33

O Código de ética do(a) Assistente Social materializa o projeto ético-político da categoria. Quanto as relações do

Assistente Social com outros profissionais, pode-se afirmar:

- a) É vedado denunciar atos que contrariem os postulados éticos contidos no Código de Ética;
- b) É vedado realizar crítica pública a colega e outros/ as profissionais
- c) É dever mobilizar sua autoridade funcional, ao ocupar uma chefia, para a liberação de carga horária de subordinado/a, para fim de estudos e pesquisas que visem o aprimoramento profissional, bem como de representação ou delegação de entidade de organização da categoria e outras
- d) É direito intervir na prestação de serviços que estejam sendo efetuados por outro/a profissional
- e) É direito participar de atividades com equipe multidisciplinar, incentivando, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar

QUESTÃO 34

Com base na LEI N° 8.662, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social, somente poderão exercer a profissão de Assistente Social:

- a) Os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente;
- b) Os possuidores de diploma de curso superior em Serviço Social, em nível de graduação ou equivalente, expedido por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, conveniado ou não com o governo brasileiro, desde que tenham componentes curriculares equivalentes;
- c) Os agentes sociais, qualquer que

seja sua denominação com funções nos vários órgãos públicos, desde de que esteja com formações atualizadas;

d) Qualquer profissional, desde que tenha inscrição no conselho da área de atuação do interessado nos termos desta lei;

e) profissional com formação de nível superior que trabalha com planejamento, gestão e execução de políticas, programas e serviços sociais para a população.

QUESTÃO 35

Segundo a Lei que regulamenta a profissão do/a assistente social Compete aos Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS, em suas respectivas áreas de jurisdição, na qualidade de órgão executivo e de primeira instância, o exercício das seguintes atribuições, exceto:

a) Organizar e manter o registro profissional dos Assistentes Sociais e o cadastro das instituições e obras sociais públicas e privadas, ou de fins filantrópicos;

b) Fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de Assistente Social na respectiva região.

c) Expedir carteiras profissionais de Assistentes Sociais, fixando a respectiva taxa;

d) Aplicar as sanções previstas no Código de Ética Profissional;

e) Prestar assessoria técnico consultiva aos organismos públicos ou privados, em matéria de Serviço Social

QUESTÃO 36

De acordo com a Lei de Regula-

ção da Profissão nº 8662/1993, constituem atribuições privativas do Assistente Social, EXCETO:

a) Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

b) Treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

c) Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

d) Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

e) Planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social

QUESTÃO 37

A Lei que regulamenta a profissão define as competências do Assistente Social, marque a alternativa correta:

a) Planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;

b) Dirigir serviços técnicos do Serviço Social e entidades públicas e privadas;

c) Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação dos órgãos públicos e organizações não governamentais que executam serviços das diversas políticas públicas;

d) Estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados em trabalhar em órgãos da assistência social;

e) Buscar parcerias com as instituições que prestam serviços socio assisten-

ciais e nas unidades que desenvolvem as políticas setoriais como: saúde, educação, profissionalização e moradia

QUESTÃO 38

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015- considere-se pessoa com deficiência:

a) Aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso

b) Aquela que tem impedimento de curto prazo com uma ou mais barreiras, que podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

c) Aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

d) Aquela que tem qualquer impedimento de curto ou longo prazo de natureza física, mental, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas;

e) Aquela que apresente impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial e comprove por meios de laudos assinados por equipe multidisciplinar

QUESTÃO 39

Estatuto da Pessoa com Deficiência) destaca a Inclusão da Pessoa com Deficiência em _____, unidade responsável para prestar proteção integral no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – Suas - à pessoa com deficiência em situação de dependência que não disponha de condições de autossustentabilidade, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna:

a) Centro de Referência da Assistência Social Específico para a Pessoa com deficiência

b) Centros de Reabilitação

c) Centro-dia para a pessoa com deficiência

d) Residência Inclusiva

e) Instituição de acolhimento – abrigos - para a pessoa com deficiência

QUESTÃO 40

O Estatuto da Pessoa com deficiência expressa no art 37 : Constitui modo de inclusão da pessoa com deficiência no trabalho a colocação competitiva, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, na qual devem ser atendidas as regras de acessibilidade, o fornecimento de recursos de tecnologia assistiva e a adaptação razoável no ambiente de trabalho. A colocação competitiva da pessoa com deficiência pode ocorrer por meio de trabalho com apoio, observe as afirmações abaixo e marque a diretriz correta :

a) prioridade no atendimento à pessoa com deficiência que apresente

maiores facilitadores para inserção no mercado de trabalho formal

b) provisão de suportes que atendam a necessidades das pessoas com deficiência, com prioridade para aqueles que apresentam deficiências múltiplas;

c) respeito ao perfil vocacional e ao interesse da pessoa com deficiência apoiada;

d) Informações permanentes aos empregadores, inclusive com visitas periódicas da equipe multidisciplinar do Ministério do Trabalho no intuito de esclarecer sobre a lei de cotas e assim garantir as vagas reservadas a pessoa com deficiência no mercado de trabalho;

e) realização de avaliações médicas a cada seis meses para fins de reavaliar se as limitações da pessoa com deficiência ainda permanecem.

QUESTÃO 41

O Estatuto da Pessoa com Deficiência assegura o direito a saúde, exceto:

a) Diagnóstico e intervenção precoces, realizados por equipe multidisciplinar;

b) Serviços de habilitação e de reabilitação sempre que necessários, para qualquer tipo de deficiência, inclusive para a manutenção da melhor condição de saúde e qualidade de vida;

c) Campanhas de vacinação;

d) Atendimento psicológico, inclusive para seus familiares e atendentes pessoais;

e) Atendimento domiciliar multidisciplinar, tratamento ambulatorial e internação para as pessoas acamadas, que comprovam por meio de laudos médicos a impossibilidade de locomoção

QUESTÃO 42

Do direito a assistência social o Estatuto da Pessoa com Deficiência garante:

a) A Pessoa com Deficiência terá direito com prioridade a todos os benefícios socioassistenciais, exceto o Auxílio Brasil, pois não pode acumular com o Benefício de Prestação Continuada, nem com aposentadoria;

b) A assistência social à pessoa com deficiência, deve envolver conjunto articulado de serviços do âmbito da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial, ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social - Suas, para a garantia de seguranças fundamentais no enfrentamento de situações de vulnerabilidade e de risco, por fragilização de vínculos e ameaça ou violação de direitos;

c) Todas as pessoas com deficiência deverão contar com cuidadores sociais para prestar-lhe cuidados básicos e instrumentais;

d) As pessoas com deficiência tem prioridade no atendimento das requisições dos benefícios assistenciais e previdenciários;

e) As pessoas com deficiência podem realizar a inscrição no Cadastro Único por meio dos canais remotos disponíveis pela política de assistência social e participar de todos os programas sociais ofertados, sem a necessidade de apresentar documentos exigidos, apenas declarando sua situação de vulnerabilidade social e econômica, para fins de facilitar a sua inclusão nos serviços socioassistenciais

QUESTÃO 43

Com base na Lei Brasileira de Inclusão Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, considere as afirmativas abaixo e coloque V

para verdadeiro e F para falso :

() acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; possibilidade e condição de alcance para u

() barreiras tecnológicas : as que facilita o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias;

() barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados como escadas e corrimões;

() barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;

() barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;

A sequência correta de cima para baixo é:

a) V, F, V,V,V

b) F, V,V,V,F

c) V, F,F,F,V

d) F, F,V,V,F

e)V, F,F,V,V

QUESTÃO 44

Segundo a Lei Brasileira de inclusão - Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - so-

bre o direito ao transporte e à mobilidade é correto afirmar, exceto:

a) O direito ao transporte e à mobilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida será assegurado em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, por meio de identificação e de eliminação de todos os obstáculos e barreiras ao seu acesso

b) Em todas as áreas de estacionamento aberto ao público, de uso público ou privado de uso coletivo e em vias públicas, devem ser reservadas vagas próximas aos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoa com deficiência com comprometimento de mobilidade, desde que devidamente identificados;

c) Os veículos de transporte coletivo terrestre, aquaviário e aéreo, as instalações, as estações, os portos e os terminais em operação no País devem ser acessíveis, de forma a garantir o seu uso por todas as pessoas;

d) São asseguradas à pessoa com deficiência prioridade e segurança nos procedimentos de embarque e de desembarque nos veículos de transporte coletivo, de acordo com as normas técnicas.

e) o poder público é obrigado a instituir incentivos fiscais e subsídios as empresas de transporte coletivo com vistas a possibilitar a acessibilidade dos veículos

QUESTÃO 45

O Estatuto da Pessoa com Deficiência preconiza que: O processo de habilitação e de reabilitação tem por objetivo o desenvolvimento de potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissionais e artísti-

cas que contribuam para a conquista da autonomia da pessoa com deficiência e de sua participação social em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas. Com base no processo mencionado marque a alternativa incorreta:

a) baseia-se em avaliação multidisciplinar das necessidades, habilidades e potencialidades de cada pessoa

b) O profissional médico é o único habilitado para avaliar a limitação funcional da pessoa com deficiência e com base no diagnóstico e laudo elaborado por ele a equipe multidisciplinar poderá articular as políticas públicas que possibilitem a plena participação social da pessoa com deficiência;

c) Nos programas e serviços de habilitação e de reabilitação para a pessoa com deficiência, são garantidos organização, serviços, métodos, técnicas e recursos para atender às características de cada pessoa com deficiência;

d) Para desenvolver programas e serviços de habilitação e reabilitação para a pessoa com deficiência é necessário garantir tecnologia assistiva, tecnologia de reabilitação, materiais e equipamentos adequados e apoio técnico profissional, de acordo com as especificidades de cada pessoa com deficiência;

e) Capacitação continuada de todos os profissionais é uma exigência na execução dos programas e serviços de habilitação e de reabilitação para a pessoa com deficiência

QUESTÃO 46

A Lei 8080/1990 - dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, expressa que a saúde é

um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. Assinale a afirmação verdadeira:

a) O dever do Estado e da iniciativa privada é de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

b) O dever do Estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.

c) O estado é o responsável para garantir o direito a saúde, sendo vedado a iniciativa privada participar do Sistema Único de Saúde (SUS), mesmo que seja em caráter complementar;

d) O Estado, as empresas e fundações de interesse público têm a obrigação de ofertar serviços de saúde com o objetivo de garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social;

e) As ações de saúde de caráter preventivo é atribuição, exclusiva do poder público municipal

QUESTÃO 47

Conforme o art. 7º da lei 8080, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, “as ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no Art. 198 da Constituição Federal do Brasil, obedecendo

ainda aos seguintes princípios”:

- a) universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;
- b) integralidade de assistência, definida como as ações realizadas
- c) ênfase na centralização dos serviços nos estados;
- d) participação, exclusiva, de profissionais dos órgãos governamentais nos conselhos de saúde;
- e) Prioridade na destinação de recursos para áreas de internação, visto que esta requer maior complexidade dentre os níveis de atenção

QUESTÃO 48

A Lei 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde , sobre este dispositivo legal é incorreto afirmar:

- a) O Sistema Único de Saúde (SUS), contará, em cada esfera de governo, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, com as instâncias colegiadas: Conferência de Saúde; o Conselho de Saúde
- b) A Conferência de Saúde reunir-se-á com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes;
- c) A conferência de saúde é convocada periodicamente pelo Poder Executivo e Conselho de Saúde e, extraordinariamente, pelas fundações da área da saúde
- d) O Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão co-

legiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários;

- e) O conselho de saúde atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.

QUESTÃO 49

Sobre a questão social no Brasil é correto afirmar que :

- a) O (A) assistente social lida diretamente com as questões sociais, tendo em vista que, trabalha nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência;
- b) A questão social é muito vinculada com a desigualdade social, nesse sentido propiciou a criação do Terceiro Setor na sociedade, a fim de auxiliar nas necessidades materiais da população vulnerável social e economicamente, por isso existe legislação específica que atribui ao assistente social a competência para gerenciar fundações de interesse social, a fim de elaborar programas e projetos para auxiliar nos pedidos por mudanças na política;
- c) Existe norma legal que estabelece que a questão social é objeto exclusivo do assistente social, considerando que este profissional é o único com habilitação de executar ações para combater a desigualdade social
- d) O conceito de questão social está relacionado com o sistema capitalista de produção, ou seja, a forma como a riqueza em uma sociedade é produzida e repartida, por isso programas e projetos da política de assistência social, não podem ser obrigação do esta-

do, mas da iniciativa privada, visto que as empresas são responsáveis pelo aceleração da economia e consequentemente o crescimento da desigualdade social ;

e) A questão social refere-se à ampliação do trabalho na sociedade capitalista começando pela degradação do trabalho, a perda e o desaparecimento de muitas categorias e postos de trabalho, no entanto , atualmente o estado brasileiro passa a se retirar do campo social com cortes nos gastos públicos e privatizações , estas propostas contribuíram para diminuir as expressões da questão social no país

QUESTÃO 50

A prática profissional crítica do Serviço Social pode ser analisada a partir das seguintes dimensões:

- a) Metodológica-marxista, prática-operativa e conservadora
- b) Teórico-metodológica, ético-operativa, técnico-crítica
- c) Crítica-social, política-social, ético-trabalhador
- d) Teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa
- e) Teórico/metodológica, conservadora-analítica e técnico-prática